

Resistência Social e Contestação ao Golpe de 2016 no Brasil: aporias a uma era de mediocridades e outros insultos.

José Celso Cardoso Jr.

1. Apresentação.

Este texto é um desabafo contra o golpe de 2016 ocorrido no Brasil. Ele se inspira em mais de 550 textos assinados por milhares de cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras, que expressaram – entre fins de 2015 e meados de 2016 – toda a sua indignação frente à ruptura da ordem democrática em curso no país.

Neste sentido, foi concebido como mais uma forma de denúncia, resistência e contestação diante do golpe, produzido em reconhecimento e agradecimento aos que tiveram a coragem cívica e o discernimento político para levarem a público tais manifestos pela democracia no Brasil.

Aos leitores e pesquisadores interessados em conhecer na íntegra o teor de tais documentos, a Fundação Perseu Abramo produziu um livro com uma seleção de cerca de 200 textos escolhidos de forma a representar o universo dos mesmos, organizando-os, apenas para facilitar a leitura, em seis capítulos, a saber: *1. Cidadania ativa, movimento cultural, artístico, intelectual e demais coletivos; 2. Movimentos sociais e entidades religiosas; 3. Organizações sindicais, associações, conselhos, conferências e classe política; 4. Mundo acadêmico e meio Jurídico; 5. Servidores públicos; e 6. Manifestações estrangeiras.*

Trata-se, portanto, de um importante registro histórico sobre um dos momentos mais trágicos da história política brasileira desde a Proclamação da República em 1989, particularmente desde o lento, gradual e (in)seguro processo de redemocratização que esteve em curso entre 1985 e 2015 no país. Apesar das nefastas implicações (ao menos de curto e médio prazos) para a vida brasileira, o momento situacional atual pode significar, por um prisma otimista, ainda que improvável, o ressurgimento de alguma consciência crítica e ações coletivas em prol do fortalecimento do Estado, da Sociedade, das Instituições republicanas e democráticas do país, em suma, a favor de um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, de orientação soberana, includente, sustentável. Algo que só o porvir histórico poderá comprovar ou refutar. As portas ainda não se fecharam completamente. O futuro está nas ruas, nas famílias e organizações, para ser reaberto e disputado.

2. Não Resta Dúvida: é golpe!

O processo político-jurídico-midiático vivido no Brasil no biênio 2015 e 2016 vai entrar para a memória do país (certamente não a memória oficial, mas a de milhares de cidadãs e cidadãos atônitos que têm vivido este processo!) como uma das maiores farsas e injustiças da história política das nações em todos os tempos.

No futuro, historiadores e cientistas sociais terão desvendado os mistérios e meandros desse que já é internacionalmente reconhecido como o processo mais fraudulento e antipopular da história política brasileira.

Fraudulento não apenas porque assentado em evidências pífias, fundamentos legais frágeis e condução processual enviesada, desde a origem, para a obtenção do resultado final desejado pelas lideranças do movimento pró-impeachment. Mas também porque revestido de atos milimetricamente calculados e movimentos intervenientes de parte importante dos poderes constituídos da República, tais como o Ministério Público da União (MPF), a Polícia Federal (PF), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, dentre outros. Além disso, foi a todo tempo instigado e manipulado por setores golpistas da grande mídia escrita, radiofônica e televisiva,¹ além de empresários direta e indiretamente ligados ao rentismo financeiro e à superexploração do trabalho, e por novos segmentos da sociedade criados e alimentados de forma artificial por meio das redes sociais, tais como o MBL (Movimento Brasil Livre), Revoltados On-Line, Vem pra Rua etc., contando inclusive com financiamento internacional para suas ações.²

Além de fraudulento, o golpe de 2016 no Brasil tem também um caráter destacadamente antipopular. Antipopular não só porque orquestrado e implementado por parte das lideranças partidárias, econômicas, sociais e sindicais das mais conservadoras e reacionárias, desde sempre presentes nas estruturas do Estado e do Poder no país, valendo-se há muito de seu peso e influência para enriquecimento pessoal ilícito e a construção e manutenção histórica de privilégios e benefícios particulares, mui distantes dos interesses verdadeiramente nacionais. Mas ainda porque declaradamente intencionado a redirecionar a ação do Estado e das políticas públicas, em construção desde a Constituição Federal (CF) de 1988, numa direção que foi eleitoralmente rejeitada pela maioria da população brasileira por quatro vezes seguidas desde 2002. Com isso, vem promovendo e propagandeando, deliberadamente, um desmonte das capacidades estatais e dos instrumentos governamentais necessários ao desenvolvimento nacional, bem como uma perseguição e combate a direitos sociais da cidadania contemporânea.

Este golpe, portanto, não finda apenas o ciclo recente de redemocratização posto em curso na Nova República (1985 a 2015). Ele interrompe, *oxalá apenas temporariamente*, o ciclo longo de tentativa de construção do Brasil como nação livre, soberana e democrática.

3. O Golpe é contra a Construção da Nação!

Histórias de construção e afirmação nacionais nunca foram nem serão lineares. Eivadas de avanços e retrocessos, todas elas estão marcadas por contradições inerentes a cada um dos processos particulares de desenvolvimento.

¹ De autoria do jornalista Paulo Henrique Amorim, nunca antes o termo PIG (Partido da Imprensa Golpista) fez tanto sentido.

² Para mais informações ver a reportagem investigativa da Agência Pública: “Rede de think tanks conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem”: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Esses grupos se aproveitaram das manifestações de junho de 2013, que se iniciaram com reivindicações por direitos (agenda do transporte coletivo em São Paulo até educação de qualidade), e acabaram criando um ambiente propício para cooptação desta energia política pela direita política acima mencionada.

O caso brasileiro, portanto, não foge à regra. Linhas gerais, tal processo está marcado por fatos e fatores muito emblemáticos de nossa trajetória histórica. Sendo este um país construído sobre imensas heterogeneidades e desigualdades de vários tipos e dimensões, o seu processo civilizatório reflete a luta de classes e as diferentes formas pelas quais os grupos populares vêm lutando por igualdade, reconhecimento e pertencimento.

Do século XIX, pode-se destacar nada menos que a independência política formal em relação a Portugal, a abolição formal da escravidão como base do processo de acumulação capitalista no país, e a proclamação da República como coroamento do processo de independência política e início da disputa por um Estado verdadeiramente nacional, de pretensões universalistas, voltado à promoção do interesse geral e do desenvolvimento para o conjunto da população em toda sua extensão territorial.

Do século XX, deve-se dar destaque aos processos – ainda em curso – de autonomização industrial e tecnológica, de rápida e caótica urbanização, de intensa recomposição populacional no sentido campo-cidades, norte-nordeste ao centro-sul, e não menos importante, ao difícil e tortuoso processo de democratização do Estado, do (acesso amplo ao) mercado e da própria sociedade brasileira.

Como corolário desses 200 anos anteriores de construção nacional, o Brasil adentrou o século XXI de modo muito mais heterogêneo e complexo. No entanto, ao longo da década compreendida, sobretudo entre 2004 e 2014, delinearam-se as grandes tendências de seu processo histórico de desenvolvimento neste século. Grosso modo, a ideia de um desenvolvimento nacional soberano, incluyente, sustentável e ... democrático.³

Portanto, o momento de contestação que se encontra em curso no instante em que este texto é escrito, representa muito mais que um episódio adverso da conjuntura política. Trata-se, a bem da verdade, de um movimento conservador e reacionário (além de ilegal e imoral, posto não haver razões jurídicas nem de outra espécie para tal), proveniente de segmentos atávicos da sociedade brasileira, no sentido de promover não apenas uma ruptura constitucional por si só de gravíssimas implicações político-institucionais a futuro, mas, sobretudo, uma ruptura do processo histórico de construção e afirmação da Nação que, duramente, sobretudo desde a Constituição de 1988, vinha buscando se afirmar no país, assentado nos valores supracitados da soberania; da sustentabilidade ambiental, produtiva e humana; da democracia como valor e método de governo; e da inclusão social e territorial com equidade, como objetivos maiores da sociedade brasileira.

É contra mais esse momento de ruptura democrática da vida brasileira que algo como 550 manifestos da sociedade civil e comunidade internacional foram identificados, apenas entre fins de 2015 e meados de 2016, posicionando-se e atuando em prol não apenas da restauração institucional do país, mas também em favor do fortalecimento do Estado de direito, dos princípios e valores republicanos e do processo histórico de

³ Ainda que eivado de contradições, os últimos governos permitiram ao Estado reconhecer alguns direitos das classes populares, atenuando gradativamente privilégios seculares das elites nacionais. Se esse movimento já era incômodo aos barões e baronesas no período de bonança econômica (influenciado pelo cenário internacional), a insistência da população em reeleger a presidente Dilma apesar da chegada da crise econômica ao país tornou-se insuportável aos tradicionais donos do poder. Não reconheceriam, portanto, os resultados das urnas. Os fatos são noticiados, os processos instruídos e julgados, os áudios são vazados, as batidas policiais realizadas, as reputações assassinadas... nesse universo de “gente diferenciada”, tudo ocorre se, e apenas se, servem ao golpe.

construção e afirmação da vontade nacional popular, que já havia sido expressa eleitoralmente por quatro vezes seguidas neste século XXI.

Pelo Quadro 1 abaixo é possível ver que por trás da elaboração de tais manifestos há pessoas e personalidades de todas as classes sociais e de todas as grandes regiões do Brasil. Há signatários de praticamente todos os movimentos, organizações e entidades sociais, culturais, acadêmicas, religiosas, sindicais e políticas, amplamente representativos das virtudes e pujança do povo brasileiro. Fica cristalino, portanto, que o golpe de Estado no Brasil em 2016 é contra todos nós, e a favor apenas de uma elite política e empresarial minoritária, portadora de um projeto conservador e antipopular.

Quadro 1: Perfil Resumido dos Manifestos Contra o Golpe e pela Democracia no Brasil.

<p>Cidadania ativa, movimentos cultural, artístico, intelectual e demais coletivos contra o golpe</p>	<p>Movimentos sociais das periferias; assessorias técnicas em habitação de interesse social; frente antifascista pelas liberdades democráticas; movimento popular da economia solidária; rede em defesa da humanidade; ex-integrantes de comissões da verdade; economistas, estudantes e profissionais da área; maranhenses contra o golpe; carta aberta do campo de públicas; médicos pela democracia; médicos e médicas populares; trabalhadoras, trabalhadores e estudantes de enfermagem; assistentes sociais pela democracia; psicodramistas a favor da democracia; jornalistas brasileiros em defesa da democracia e dos direitos sociais; fórum nacional pela democratização da comunicação; blogs, selos e artistas contra o golpe; representantes do setor de tecnologia da informação; associação mundial de rádios comunitárias; cultura pela democracia; psicanalistas a favor da democracia; comissão nacional dos pontos de cultura; arte pela democracia na periferia; coletivo de profissionais do cinema; coletivo de profissionais do teatro; escritoras, escritores e artistas pela democracia; carta do hip hop brasileiro à democracia do Brasil; sambistas contra o golpe; profissionais da música unidos na luta pela democracia; intelectuais, artistas e advogados gaúchos; tricolores pela democracia; coletivo democracia corinthiana; manifesto ambientalista a favor da democracia; profissionais do rural pela democracia; articulação nacional de agroecologia; manifesto <i>slow food</i>; chefs de cozinha contra o golpe.</p>
<p>Movimentos sociais e entidades religiosas contra o golpe</p>	<p>Frente Brasil Popular (FBP); Frente Povo sem Medo; Fórum 21; Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Oxfam Brasil; Instituto Pólis em defesa da democracia e do direito à cidade; Instituto Paulo Freire; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Manifesto de Entidades Nacionais de Educação (Abdc, Anfope, Anpae, Anped, Cedec, Fórumdir); Fórum de Educação Popular (FREPOP); Manifesto dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Entidades do Movimento Negro; Rede Quilombação (Raiz Movimento Cidadanista); Mulheres Negras pela Democracia e Contra o Golpe; Marcha Mundial das Mulheres; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Movimento de Mulheres Camponesas; Movimento LGBT Unificado; Liga Brasileira De Lésbicas (LBL); Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Central de Movimentos Populares; Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis; Povos do Campo (Teia dos Povos); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Cáritas Brasileira (Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM); Ao Povo do Axé; Povos de Terreiro; Povos e Comunidades Tradicionais do Sul do Brasil; Manifesto de Evangélicos pelo estado de direito; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; Muçulmanas e Muçulmanos contra o golpe.</p>
<p>Organizações sindicais, associações, conselhos, conferências e classe política contra o golpe</p>	<p>Governadores do Nordeste; Prefeitos de Capitais contra o Golpe; Líderes Partidários e Dirigentes do PT, PMDB, PCdoB, PP, PSD e PROS; Militância do PSB; Nota Oficial do PDT sobre o pedido de Impeachment; Nota do PSOL - a saída é pela esquerda; Nota da Fundação Lauro Campos (PSOL); Comissão Política do PCdoB; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Federação Única dos Petroleiros (FUP); Líderes de Sindicatos de Metalúrgicos, Químicos, Bancários, Comerciantes e Trabalhadores em Geral; Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE); Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP); União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES); Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Conselho Nacional de Educação (CNE); Fórum Nacional de Educação (FNE); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Conselho Federal de Psicologia; Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conferência Nacional de Direitos Humanos; Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Conselho Federal de Economia; Associação dos Docentes da Unicamp (ADUNICAMP); Associação de Docentes da UFRGS; Associação Brasileira de Antropologia; Associação de Linguística Aplicada do Brasil.</p>
<p>Mundo acadêmico e meio jurídico contra o golpe</p>	<p>Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Conselho Universitário da Universidade Federal do ABC (UFABC); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação;</p>

	<p>Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Associação dos Docentes da USP; Manifesto dos Docentes do IFCH-Unicamp contra o golpe e o governo ilegítimo de Temer; Alunos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (IEL/Unicamp); Comunidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG); Manifestação dos Professores de Antropologia da UNB em defesa da democracia e da cidadania; Professores e Professoras da UFBA em defesa da democracia e contra o golpe; Manifesto dos Professores Universitários do Vale do São Francisco em defesa da democracia e contra o golpe; Professores e Servidores da UFPB, UFCG, IFPB e UEPB; Professores, Educadores, Estudantes e Pesquisadores de Caruaru em Defesa do Restabelecimento do Estado de Direito; Comitê das Humanidades do Amazonas; Comunidade Acadêmica da Universidade Federal de Rondônia; Ato pela Democracia da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Núcleos Temáticos de Estudos e Pesquisas da UFAL - Campus Sertão (Alagoas); Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC); Colegiado do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral; Comunidade Acadêmica das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul; Professores da Universidade Federal de Santa Maria – RS; Coletivo de Estudantes da Universidade Mackenzie pela Democracia; Coletivo de Professores da Universidade Metodista em Defesa das Instituições Democráticas; Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito/PUC-SP); Conselho de Gestão e Políticas da PUC-Minas; Comunidade Acadêmica da PUC-Rio; Pesquisadores e Estudantes Brasileiros no Exterior; Professores Constitucionalistas; Carta Aberta dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB); Coletivo de Professores da Faculdade de Direito do Recife (UFPE); Comunidade Acadêmica da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Manifesto de Constituintes à Nação; Juristas em Defesa da Constituição e do Estado de Direito; Juristas, Advogados e Ex-Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Associação Juizes para a Democracia; Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Coletivo de Juizes Trabalhistas; Promotores e Procuradores do MP, MPF e MPT; Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP); Associação de Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia; Advogados e Advogadas em Defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito e da Justiça Social; Carta de Curitiba em Defesa da Democracia; Federação Nacional dos Estudantes de Direito.</p>
<p>Servidores públicos pela democracia e contra o golpe</p>	<p>Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia; Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União; Membros do Ministério Público; Manifesto das Defensoras e Defensores Públicos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito; Manifesto do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas; Policiais Antifascismo pela Legalidade Democrática; Trabalhadores do Banco Central contra o golpe; Auditores Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE; Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT); Federação Nacional de Assistentes Sociais; Manifesto do Conselho Deliberativo da Fiocruz em defesa da democracia e do estado de direito; Coletivo de Analistas Técnicos de Políticas Sociais em defesa da democracia; Professores de Institutos Federais de Ensino Superior (PROIFES); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (CONFETAM/CUT).</p>
<p>Manifestações estrangeiras contra o golpe</p>	<p>Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos; ONU Mulheres; Secretaria-Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL/ONU); Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA); Secretaria-Geral da UNASUL; Declaração do Comitê Diretivo e da Secretaria-Executiva do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Manifesto do GT de Integração Regional e Unidade Latinoamericana e Caribenha do CLACSO; Fórum Universitário do Mercosul; Federação Sindical Mundial; Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe; Association for Progressive Communications (APC); Entidades de Comunicação Latino-Americanas; Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA); El Frente Amplio del Perú; Comunicado de La República Bolivariana de Venezuela; Las Mujeres de Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca; Ministério das Relações Exteriores de Cuba; Movimiento Cubano por la Paz y la Soberanía de los Pueblos; Intelectuais e Políticos Britânicos; In Defense of the Democratic Rule of Law in Brazil; Intelectuais e Políticos Franceses; Manifeste - Mouvement Démocratique du 18 Mars; Partido Comunista Francês; Partido Comunista da Itália; Comunicado de Podemos (Espanha); Partido Operário de Unidade Socialista (POUS/Portugal); A Socialdemocracia Alemã; Manifest of Brazilians in the Netherlands Struggling for Democracy and Against the Coup D'état; Pesquisadores Estrangeiros; Carta de Membros do Congresso dos Estados Unidos da América (EUA).</p>

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2016.

A simultaneidade com que ambos os processos – o golpista e o democrático-popular – foram se dando no país, já demonstra que, apesar da enorme blindagem midiática e institucional construída como estratégia e tática do golpe, partes significativas e representativas da sociedade brasileira e da comunidade internacional não se deixaram levar pelo discurso farsesco dominante. Ao contrário, os segmentos da sociedade resumidamente identificados no Quadro 1 demonstraram não só imensa autonomia crítica e responsabilidade cívica, mas também enorme compreensão e discernimento acerca do momento trágico porque passa a nação brasileira.

Cientes do estado de ruptura ora vigente, das suas nefastas implicações para o futuro, mas também cômicos do respectivo peso e papel social e político que cada um dos coletivos aqui explicitados possui na conformação da história do país, os movimentos, organizações e mais diversos setores da sociedade, explicitaram em textos belíssimos e profundos toda sua agonia e indignação com o momento e as circunstâncias atuais, cuja tônica apresentamos brevemente abaixo.

4. A Sociedade Reage!⁴

Múltiplas, ricas, transversais e poéticas manifestações de resistência e contestação foram produzidas pelo povo brasileiro e comunidade internacional, em nome de um Brasil justo, democrático, republicano. Brasileiras e brasileiros, de nascimento e de alma, resolveram externar sua indignação a respeito de um dos mais perversos processos de demolição da soberania popular que se tem notícia em Repúblicas modernas. Brasileiras e brasileiros, das mais variadas origens sociais e visões de mundo, resolveram ir às ruas, resolveram escrever, resolveram lutar. Um princípio fundamental em comum as une, irremediavelmente: a democracia. Dela, não se abre mão. Ela é inegociável. Ela deve conformar, como representação prática de um Estado de Direito, cada lampejo de relação social em uma nação que se pretenda justa, próspera, civilizada. É alicerce do bem-viver, sustentáculo, de cima a baixo, da metrópole ao vilarejo, de um espaço público em que se queira estar.

Neste nosso tempo obscuro, nossa democracia foi, mais uma vez, duramente atacada. Não como antes, de forma obscena e rígida, com tanques de guerra, violência, torturas. Se, em outro contexto, o escritor Vargas Llosa cunhara a expressão “ditadura perfeita” para explicar o monopartidarismo que vigorou no México por 70 anos em meio a eleições periódicas, mas sem concorrência, agora, no Brasil, talvez caiba uma adaptação: vivemos um “golpe institucional perfeito”, supostamente balizado em regras, supostamente ancorado no devido processo legal e no interesse da sociedade. Afinal, milhões de pessoas, de fato, foram às ruas para pedir o Impeachment.

A democracia, contudo, não é regida meramente por pesquisas de opinião ou pela contagem quantitativa de pessoas nas ruas interessadas, ao fim e ao cabo, em limitá-la. Ela é muito mais complexa porque não é instrumento que se utiliza momentaneamente, de forma conveniente. Ela é um princípio organizador da existência de uma sociedade que quis se assumir como tal, custe o que custar, mesmo que tantas vezes uns ou muitos de nós não concordemos com o resultado de processos que ocorram com base nela. Pois ela é um valor, um horizonte, uma forma de entendimento sobre a política. Mas é um valor que não pode ser monetizado. É por isso que ela não pode ser negociada.

Contudo, estamos vivendo no Brasil o golpe perfeito pelo fato de ocorrer como um extenso consórcio de forças importantes, algumas delas capazes de atuarem na contramão de suas responsabilidades constitucionais específicas. Um consórcio que tem atuado diuturnamente para mobilizar setores sociais insatisfeitos com o desempenho governamental, ou que se viram derrotados em um processo de competição eleitoral a demandarem pela interrupção de um mandato presidencial legítimo, sob um acolchoado jurídico capaz de sensibilizar alguns e de dar, a outros, guarida moral para o desejo incontrolável de sublevação contra uma Presidenta com uma plataforma eleitoral basicamente voltada a realizar direitos previstos em leis, no bojo de um processo

⁴ Esta seção foi escrita pelo colega Sérgio Roberto Guedes Reis, a quem agradeço pelo direito de uso e isento pelas demais opiniões contidas no restante do texto.

moderado e negociado de transformação social desenvolvido há pouco mais de uma década, mas presente como aspiração dos brasileiros há quase trinta anos, quando fora redigida e pactuada a Constituição Federal.

A interpretação casuística e frágil de dispositivos legais articulada com uma poderosa mobilização feita pelos meios de comunicação não foi capaz de seduzir, todavia, extensos segmentos da sociedade brasileira, de brasileiros que vivem no exterior e de brasilianistas - que se dedicam a estudar este país e esta sociedade mundo afora. Essa imensa multiplicidade de sujeitos, representada neste livro apenas como uma amostra, rejeita o golpe a partir de concepções muito próprias e díspares sobre o governo de Dilma Rousseff, mas muito comuns a respeito de que República e que Democracia devem ser defendidos para este país.

É preciso enfatizar tal questão para compreendermos a força, a representatividade e a consistência desses movimentos, a partir de sua diversidade: há cidadãos que defendem com força as ideologias e os legados dos governos de Lula e Dilma e do Partido dos Trabalhadores; há aqueles que lhes são críticos e que os referendaram como possibilidade eleitoral factível em meio à disputa política com outros projetos competitivos e conservadores; há aqueles que sequer se sentem representados o bastante por esse projeto político a ponto de o sufragar nas urnas; há, até mesmo, muitos que lhe fazem oposição - no Congresso, em fóruns, no interior de movimentos sociais e entidades representativas, na Academia, etc. Há quem defenda e quem critique o governo Dilma, o seu desempenho global, suas políticas econômicas, sua relação com o Poder Legislativo, suas medidas de combate à corrupção, os enfoques dados a políticas públicas, enfim.

A fauna de atores que se opõem ao Impeachment se estende para outras e outras categorias possíveis de análise: há manifestos que envolvem juristas, médicos, engenheiros, economistas e profissionais liberais; há aqueles que mesclam artistas populares, de circo, das ruas, atores de televisão, músicos em início de carreira e consagrados; há textos de blogueiros, jornalistas independentes, colunistas e profissionais de grandes meios de comunicação; há servidores públicos de diferentes escalões e vínculos com governos de matizes ideológicas várias, há funcionários terceirizados; há estudantes, professores novatos, intelectuais reconhecidos internacionalmente e reitores de universidades. Há movimentos sociais, coletivos e representantes comunitários das periferias de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Rio Branco, Brasília. Há cientistas, líderes religiosos. Há sindicatos, associações, partidos políticos, organizações não-governamentais. Há abaixo-assinados de todas as Unidades da Federação, de cidadãos sem militância político-ideológica, que não se veem como aderentes a uma ou outra força política.

A riqueza da resistência a este golpe reside, portanto, em sua capacidade de se opor ao véu do consenso a favor do Impeachment e às promessas idílicas de salvação nacional decorrentes de sua eventual aprovação, mesmo quando seus interesses mais imediatos poderiam vir a ser atendidos em face da retórica contida no apelo à concretização do afastamento de Dilma Rousseff. Este processo de deposição nunca significou um grande consenso social, nunca representou uma verdade jurídica, e nunca foi capaz de amalgamar como argumento, com consistência, a ideia de que significaria a defesa da Democracia, da República, do Estado de Direito e da Constituição, simultaneamente. Pelo contrário, a defesa do Impeachment não foi capaz de articular um argumento com premissas coerentes entre si, ora se baseando no “conjunto da obra do governo Dilma”, ora em virtude da corrupção, ora em razão da crise econômica – em geral como

subterfúgios diante dos pouco convincentes elementos jurídicos que embasam o processo.

Este é o diferencial contido neste conjunto de mais de 550 manifestos coletados entre fins de 2015 e meados de 2016. Eles querem defender claramente, ao mesmo tempo, todos esses componentes que configuram a esfera pública brasileira. Eles querem afirmar, com força, a ideia de que a justiça só pode ser justa se for aplicada com critério, sem ser “justiçamento” – e o seu negativo, a injustiça, é um mal que, se for feito a um, se constitui como ameaça a todos (uma sensibilidade captada desde Montesquieu). Eles querem afirmar que o bom combate à corrupção é aquele que é feito do a quem doer, jamais em virtude de afinidades ideológicas e com a pretensão de se promover perseguições partidárias. Eles querem afirmar que as lacunas que existem em nossa Constituição devem ser contornadas por meio de seu aperfeiçoamento, da expansão de direitos, jamais por meio de seu rechaço e da promoção de retrocessos. Eles querem afirmar que leis devem, sim, ser respeitadas, mesmo que os acusados sejam pessoas que tenham ideias com as quais não concordamos. Eles querem afirmar que os déficits democráticos devem ser enfrentados com mais democracia, e não por meio de uma “pausa democrática”. Eles querem afirmar que a crise econômica e a insatisfação com a administração de momento se resolvem por meio da pressão pela mudança de acordo com as regras existentes – suficientes para tanto, a partir de seu bom uso –, não a partir de medidas de exceção.

Aqueles que assinam estas notas, petições e manifestos compreendem as ameaças que estão em jogo. Entendem que as agruras de agora foram enfrentadas por seus pais, por seus avós, e por quem eles admiravam em seus tempos. A luta por hoje é, então, uma luta por ontem, por aquilo que conquistaram. E também uma luta por um amanhã que não seja um monumento bárbaro da ignorância, da desigualdade, da violência, da Casa Grande.

A vantagem de hoje com relação a outros momentos históricos em que as mesmas questões estiveram em jogo é que a multiplicidade de forças sociais, que expressam a complexificação da sociedade civil brasileira e internacional, aponta para a circunstância de que a defesa da democracia é um valor não confinado a um segmento social específico. Temos aqui, portanto, um importante documento histórico, a ser compreendido, analisado e interpretado por cada cidadão que se interessa pelas trajetórias percorridas por este país, independentemente do resultado deste golpe institucional. Afinal, eventos como este processo de Impeachment impactam a raiz da constituição da sociedade brasileira – e, como luta, i.e., como algo a que se quer opor, não se é vencido ou se é vencedor instantaneamente.

Aos ativistas e aos apaixonados e desejosos por um país mais democrático, esta é também uma oportunidade de celebração do vigor das forças sociais que almejam, em que pesem as diversidades, defender a República. Não é tarefa fácil, nem trivial, especialmente se considerarmos a tonitruância com que ecoam nos meios de comunicação os gritos pela “volta do meu Brasil” – da segregação racial, espacial, de gênero, de status. Apesar da força desse desejo retrógrado, reconhece-se, a partir das mais variadas formas de resistência contidas neste livro, que há um contraponto pujante contra o ódio, contra a manipulação, contra o populismo midiático e político de ocasião, contra o pensamento único – e a favor de um projeto humano, pró-diversidade, justo, igualitário, de Brasil.

Estes tantos e tantos manifestos não expressam, enfim, a locução indolente de um setor social ilustrado, economicamente bem situado, ou de uma vanguarda que dita aos

demais, em tom soberbo, o que é que deve ser feito. Não. Eles são a expressão do povo brasileiro, real e tangível, que representa e se autorepresenta, com força impassível. Que exprime o mais profundo e republicano sentimento democrático, capaz de perpassar textos e manifestações de todos os Estados da federação. Capaz de aglutinar vizinhanças e comunidades locais nas periferias de São Paulo, em Vitória da Conquista ou em Manaus; de envolver comerciantes de Fortaleza; de solidarizar auditores da Receita Federal, do Ministério do Trabalho ou trabalhadores do Banco Central; de comover Chefes de Cozinha; de fazer mobilizar torcedores do Fluminense, do Corinthians e de tantas outras nações do Futebol; de atrair grupos de brasileiros que vivem no exterior; de engajar juristas, acadêmicos, lideranças religiosas de variados credos; e de ateus; e de agnósticos.

Os manifestos expressam, então, a superação dessas clivagens que conformam a experiência social de cada um de nós. São felizes em demonstrar que a luta por direitos, pelo cumprimento mínimo e essencial da nossa Constituição, pela soberania popular é, sim, capaz de nos unir produtivamente em nossa diversidade. Concedem a cada um de nós, brasileiros, esperança de que o devir histórico é favorável, de fato, apesar da catarse distópica de agora, pois as centelhas da democracia foram plantadas e germinam com força. Elas não estão dormentes agora, como não estiveram em Junho de 2013, nas Diretas Já, no Comício das Reformas na Central do Brasil. Houve e há projetos de Brasil que ressoam com harmonia no conjunto desses contextos, e que aparece com força agora, uma vez mais agora, com maturidade, força e resiliência próprias. Precisamos continuamente disputar, como fazemos agora, o espaço público, convictos de que não estamos sós.

Produzamos outro inconformismo, outra insubordinação, um outro “agora” que redima as opressões de sempre, hoje didaticamente consubstanciadas em um golpe institucional unicamente voltado a trazer de volta, sem mediações, os “donos do poder” atemporais. Que escovemos este Brasil a contrapelo para produzirmos a massa crítica necessária para ressignificarmos nossa história e citarmos um outro 25 de Janeiro de 1835 (Malês), um outro 22 de Novembro de 1910 (Chibata), um outro 26 de Junho de 1968 (Passeata dos 100 mil) para darmos chance a nós mesmos em nossa pretensão de nos liberarmos de quem nos vilipendia à ordem do dia, agora com 'segurança jurídica'.

5. A Sociedade Brasileira Não Cabe no Projeto Liberal-Conservador de Desenvolvimento!

Por tudo o que foi dito antes, o projeto golpista de desenvolvimento, se é que se pode chamar de desenvolvimento o ideário liberal-conservador ora em curso no Brasil, deixa claro que a discussão não é tanto saber se a Constituição de 1988 cabe ou não cabe no orçamento nacional. Muito mais importante a constatar é que a própria sociedade brasileira, em sua heterogeneidade, diversidade, desigualdades, pluralidade e necessidades, enfim, é esta que definitivamente não cabe no projeto golpista.

Em outras palavras, como reduzir a plêiade de manifestações, interesses e necessidades políticas, econômicas, sociais, culturais, raciais, sexuais, etárias, artísticas, religiosas, intelectuais, internacionais etc. de uma nação como a brasileira a um ideário ideológico elitista e excludente? Simplesmente impossível!

Então, a questão não é ajustar e restringir artificialmente toda a grandeza e pujança da sociedade brasileira a leis fiscais e parâmetros orçamentários como se leis e parâmetros fossem imposições da natureza. A questão é justamente buscar os arranjos políticos,

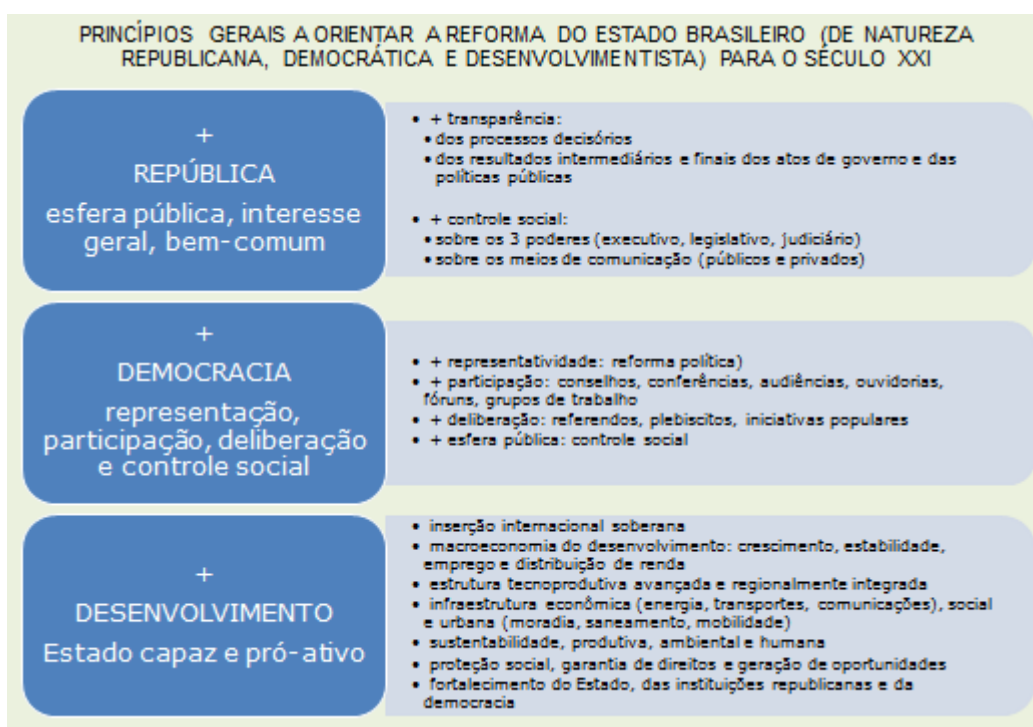
sociais, institucionais capazes de melhor compatibilizar capacidades estatais e societais, instrumentos governamentais e de mercado, no sentido da ampliação democrática da nação – ao invés da sua castração. Para tanto, torna-se imprescindível redefinir o papel do mercado e da acumulação capitalista em suas relações com o Estado e o poder público instituído.

Neste sentido, é necessária uma reflexão que vincule o tema da Administração Pública a um projeto de desenvolvimento e a outra concepção de Estado. Isso é especialmente importante para que a perspectiva de desempenho governamental se volte na direção de certa reativação do Estado para a construção de um projeto de desenvolvimento soberano, inclusivo e democrático. Neste caso, remontar o sistema político nacional e aperfeiçoar as estruturas de planejamento e gestão do Estado são tarefas essenciais para mobilizar capacidades estatais e instrumentos governamentais em prol do projeto político e social acima sugerido, que atenda aos interesses da maioria da população. Este é o cerne de uma reforma contemporânea do Estado e da Administração Pública no Brasil e por onde ela deveria começar.

6. Bases para um Estado Ativo e Capaz!

Sem a pretensão de esgotar ou detalhar em demasia o assunto, é possível resumir – pelo Quadro 2 abaixo – alguns dos princípios gerais a orientar uma reforma do Estado brasileiro no século XXI, de natureza republicana, democrática e desenvolvimentista.

Quadro 2: Princípios Gerais para a Reforma do Estado Brasileiro no Século XXI.



Fonte: Cardoso Jr. e Bercovici, 2013. Elaboração dos autores.

Para além dos princípios gerais acima sugeridos, há evidentemente uma agenda de reformas concretas inadiáveis, que aqui apenas se enunciam de modo não exaustivo, já que a concertação política necessária à sua viabilidade institucional e implementação no

âmbito do Estado brasileiro, depende obviamente da restauração democrática de fato e de direito.

São elas:

- A **reforma tributária e fiscal**: progressiva na arrecadação e redistributiva nos gastos.
- A **revolução técnico-científica-produtiva**: ancorada nos fundamentos da economia verde, com ênfase em educação ambiental desde a primeira infância, produção e difusão de tecnologias limpas, promotora de encadeamentos inovativos de amplo alcance, ou seja: inovação produtiva e institucional de processos e produtos.
- A **reforma do sistema político**: a reforma do sistema representativo e de partidos políticos, o fortalecimento dos instrumentos de democracia direta e dos mecanismos coletivos de participação e deliberação, a democratização dos meios de comunicação e do sistema de justiça.
- A **revolução na cultura dos direitos**: institucionalização e substantivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

7. Palavras finais

Desde a divulgação oficial dos resultados das eleições gerais brasileiras em fins de 2014, anunciando a legítima reeleição da presidenta Dilma Rousseff para seu segundo mandato, teve início uma grande articulação conservadora em torno do objetivo, primeiro, de inviabilizar na prática as ações do governo eleito, e depois, derrubá-lo como consequência do anterior.

Por outro lado, como já amplamente documentado em ao menos dez livros recentes que já tratam do golpe de 2016 no Brasil (*Cardoso Jr. et al., 2016; Gentili et al., 2016; Guimarães et al., 2016; Jinkings et al., 2016; Mattos et al., 2016; Nepomuceno, 2016; Proner et al., 2016a e 2016b; Ramos et al., 2016; Sader, 2016; Souza, 2016*), há uma reação pacífica e contundente de personalidades e setores organizados da sociedade e população em geral contra o golpe em curso.

Vistos em conjunto, os livros supracitados e os manifestos contra o golpe e a favor da democracia e da cidadania expressam, por meio da heterogeneidade, diversidade, pluralidade e espontaneidade de suas ênfases e colocações, toda a grandeza e força do Brasil. O Brasil dos valores e princípios da República, que se une na defesa da esfera pública, do interesse geral, do bem comum. O Brasil dos valores e princípios da Democracia, que reclama por mais e melhores canais de representação política, participação social, deliberação coletiva.

O Brasil, enfim, dos valores e anseios do desenvolvimento nacional, promotor de uma inserção internacional soberana (ativa e altiva no mundo globalizado e interdependente); de uma macroeconomia para o desenvolvimento (que concilia crescimento econômico, estabilidade monetária, geração de empregos dignos e distribuição de renda e riqueza); de uma estrutura produtiva e tecnológica avançada, regionalmente integrada e bem distribuída pelo território nacional; de uma infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações) e social-urbana (moradia, mobilidade, saneamento) de acesso universal e qualidade compatível com a modernidade; de sustentabilidade ambiental, produtiva e humana; de proteção social, garantia de direitos e geração de

oportunidades, para tanto, um país livre do machismo, do racismo, da homofobia e da xenofobia; promotor, por último, mas não menos importante, do fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia como valor e método de governo.

Este texto, portanto, pretendeu ser e oferecer, a um só tempo, três coisas:

- Um registro documental acerca das tantas e tão decididas manifestações públicas da sociedade brasileira e comunidade internacional contra o golpe;
- Mais uma denúncia pública contra o golpe e o descalabro institucional (político-judicial-midiático) em sua base; e
- Mais um convite à reflexão crítica e um chamamento político à nação brasileira para que não se curve ao grotesco, ao arbítrio, ao autoritarismo, ao medo, à traição, todos esses, atributos intrínsecos do golpe no Brasil em 2016.

Em últimas palavras: na atual quadra de desenvolvimento nacional, o Brasil encontra-se mais uma vez diante de escolhas irreconciliáveis. Ou se submete aos processos de moralização arcaica dos costumes e valores antidemocráticos e de criminalização da política e dos movimentos sociais, ou se levanta e luta. Ou adota o caminho da mediocridade e da subalternidade (econômica, política e social; mas também intelectual, moral e cultural), ou se reinventa como nação para reescrever o seu próprio destino histórico.

Referências bibliográficas

- CARDOSO JR., J. C. et al. (orgs.). *Resistência e Contestação: sociedade brasileira e comunidade internacional contra o golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- CARDOSO JR., J. C.; BERCOVICI, G. (orgs.). *República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2013.
- GENTILI, P. (ed.). *Golpe en Brasil: genealogia de una farsa*. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre; UMET (Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.
- GUIMARÃES, J. et al. (orgs.). *Risco e futuro da democracia brasileira: direito e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- JINKINGS, I. et al. (orgs.). *Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MATTOS, H.; BESSONE, T; MAMIGONIAN, B. (orgs.). *Historiadores pela Democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda Ed., 2016.
- NEPOMUCENO, E. et al. *Brasil: Golpe de 2016*. Madrid: Ambulantes, 2016.
- PRONER, C. et al. (orgs.). *A Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016a.
- PRONER, C. et al. (orgs.). *A Resistência Internacional ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016b.
- RAMOS, G. T. et al. *A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.
- SADER, E. (org.). *O Brasil que Queremos*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016.
- SOUZA, J. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo: Leya, 2016.